



PROCESSO Nº 19700/07

APENSO Nº 080.004.523/06-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação - SE.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

MONTANTE EM EXAME: R\$ 41.727,22 (17/07/2007 - Portaria nº 236/2002).

EMENTA: Aposentadoria de MARA LUCIA FONTES DE MENEZES BASTOS, matrícula nº 53.860-4, no cargo de Professor, Classe A, Etapa 25-AD, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o artigo 40, §5º da Constituição Federal e com o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com as vantagens previstas no artigo 3º da Lei nº 8.911/94, por força do artigo 7º da Lei nº 1.004/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96 e parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 1.864/98, de acordo com o ato publicado no DODF de 28/12/2006.

Oferecimento de razões de defesa pelo representante legal da interessada, em face do Despacho Singular nº 302/2007-CRR (fls. 08/09). **Conhecimento. Provimento parcial. Legalidade.**

Senhora Diretora:

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária com proventos integrais de MARA LUCIA FONTES DE MENEZES BASTOS, nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Cópia do documento de identidade: fl. 10 - apenso;
- Ato concessório: fls. 49/50 - apenso;
- Demonstrativo de tempo de contribuição: fl. 51 - apenso;
- Abono provisório: fl. 62 - apenso.

3. Em análise anterior dos autos, o Conselheiro-relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, emitiu o Despacho Singular nº 302/2007 – CRR, pelos quais determinou:

I - que os autos retornem à Secretaria de Estado de educação do DF, em diligência, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, notifique a servidora para apresentar no TCDF, caso queira, razões de defesa em face da possibilidade da aposentadoria ser considerada ilegal, pela insuficiência temporal, conforme manifestação do Ministério Público de Contas do DF;



DAS ALEGAÇÕES

4. Trazidas aos autos as razões de defesa de fls. 11/15, em que a interessada, por meio de seus procuradores, alega que a exclusão do tempo em que esteve afastada para capacitação profissional é contra a Lei nº 8112/90, no que se refere à contagem de tempo especial para magistério, destacando o princípio da presunção da constitucionalidade da lei. Acrescenta que já transcorreu um ano e dois meses desde o ato que concedeu a aposentadoria, afirmando que tal período deve ser acrescentado ao tempo de serviço da servidora, com base no art. 103 da Lei nº 8112/90. Traz também o Enunciado nº 53 do TCDF, que trata do cômputo de tempo de inatividade para fins de concessão de nova aposentadoria. Por fim, transcreve trecho de decisão do TJDF, proferida no Mandado de Segurança de nº 2004.00.2.003871-2, que determinou fosse tempo de inatividade do interessado computado para fins de nova concessão. Também permeia o documento a argumentação da segurança jurídica, por estar a interessada aposentada há mais de um ano.

DO MÉRITO

5. Primeiramente, cumpre destacar que a servidora tomou ciência do Despacho Singular nº 302/2007 – CRR em 21/01/2008, conforme fl. 77 – apenso. Solicitou cópias para se inteirar do teor do Processo em 24/01/2008, vindo a protocolar suas razões de defesa no Tribunal em 25/02/2008 (fl. 11). Assim, pode a Corte conhecê-las, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Passa-se, então, à análise dos argumentos da servidora.

6. A alegação inicial de que a exclusão do período em que a servidora esteve afastada para estudos vai contra o sentido da Lei nº 8112/90, por não respeitar a contagem especial para magistério é parcialmente procedente. Não são todas as atividades exercidas pelos integrantes de carreira de Magistério que dão direito à contagem especial. Nesse sentido, conforme a Súmula nº 54 do TCDF, “consideram-se como tempo de efetivo exercício de magistério as atividades de regência de classe, as desenvolvidas no Departamento de Pedagogia e as referentes aos cargos de Secretário de Educação, de Diretor-Executivo e de outros ligados, direta e preponderantemente, ao ensino oficial, até 29.04.97, contando-se, a partir dessa data, exclusivamente o tempo de serviço em sala de aula.” Ou seja, tais funções, exercidas após 29/04/1997, não são consideradas como de exercício de magistério. No caso, trata-se de afastamento para estudos de pós-graduação, nível de Mestrado, na área de Educação.

7. No que se refere à solicitação de que o tempo de inatividade seja computado para nova aposentadoria, com base no artigo 103, §1º, da Lei nº 8.112/90 e no Enunciado nº 53 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, o pedido não pode ser aceito. A inativação da servidora ocorreu em 28/12/2006, já, portanto, na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 40 da Constituição Federal, § 10, redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, estipula que a “lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição



fictício". Assim, o art. 103, §1º da Lei 8.112/90 não foi recepcionado pelas EC's nº 20/1998 e 41/2003, impossibilitando o atendimento do pleito da interessada. Nesse mesmo sentido, o Enunciado nº 53 alude aos artigos 3º e 4º da Emenda nº 20/1998, visando preservar os direitos adquiridos e a contagem de tempo de serviço como tempo de contribuição pelas regras que trouxe. Não tratou, como não poderia, de permitir o que desde a EC nº 20/1998 proibiu-se ao incluir o §10 no artigo 40 da Constituição Federal.

8. Por fim, em relação à jurisprudência concernente à decisão do TJDF, proferida no Mandado de Segurança de nº 2004.00.2.003871-2, esta se referiu a tempo anterior à Emenda Constitucional nº 20/1998, no exercício de funções sindicais, razão pela qual o paralelo pode ser parcialmente estabelecido com o presente caso. O Tribunal de Justiça determinou a inclusão na contagem de tempo do período entre 27/05/85 a 03/08/86, como dirigente sindical e, como diretor de escola, de 30/04/97 a 18/02/98. Entretanto, o Tribunal de Contas não está obrigado a seguir precedentes referentes ao Tribunal de Justiça que tenham efeitos "*inter partes*". Tanto é assim que a já mencionada Súmula nº 54 excluiu da contagem de tempo para fins de magistério o exercício de certas funções após 29/04/97.

9. Portanto, da análise dos argumentos da interessada, verifica-se que o pleito deve ser parcialmente atendido, tendo em conta que a Corte de Contas vem considerando que o tempo de afastamento para estudos, antes de 29/04/1997, deve ser incluído no cômputo de tempo para aposentadoria especial de magistério. Ressalte-se que a instrução anterior, de fls. 01/02, havia sugerido à Corte considerar legal a concessão, tendo em conta precedentes nos Processos nº 3158/91, 5015/92, 3212/93, 4691/98 e 14962/05. Assim, em que pese o parecer do *Parquet*, o Tribunal tem usualmente aceito tal tipo de tempo como computável para aposentadoria especial. No próprio Processo nº 3212/93, em que o parecer mencionado pelo ilustre Procurador foi proferido, a Corte decidiu em sentido diferente do entendimento do órgão ministerial, conforme se verifica do voto do Conselheiro-relator, José Milton Ferreira:

"No que diz respeito ao período de afastamento para cursar mestrado, vou seguir o entendimento da Corte, uma vez que o tempo estaria, da mesma forma, alcançado pela orientação fixada no Processo nº 5019/92, até o limite temporal fixado por esta Corte.

Acompanhando, assim, a manifestação e os fundamentos oferecidos pelo órgão instrutório, voto no sentido de que este Egrégio Plenário considere legal, para fins de registro, a aposentadoria de Ana Maria Guimarães Amaral." (Processo nº 3212/93)

10. Destaque-se, ainda, trechos do voto do Conselheiro-relator Renato Rainha e do voto de vista no Processo nº 4691/98, proferido pela Conselheira Marli Vinhadeli, ambos no sentido da legalidade da contagem de tempo em que servidor esteve afastado para fins de aperfeiçoamento:



Voto do relator:

“Quanto ao período de 29.08.1994 a 07.09.1995 em que a servidora esteve afastada para freqüentar curso, sem prejuízo de sua remuneração (fls. 7-v-apenso e 17/20-apenso), considero válida a sua contagem para a aposentadoria especial em exame, em face de sua finalidade pedagógica. Ressalto que este Tribunal tem considerado que os afastamentos dessa natureza são efetivo exercício do cargo, equivalentes a outros, como férias e licença-prêmio por assiduidade, a que o servidor faz jus. Com feito, em casos análogos esta Corte considerou legal, para fins de registro, inativações com períodos em que o servidor esteve afastado para freqüentar cursos autorizados e diretamente relacionados com o magistério como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria especial, conforme Decisões nºs 455/2002, 4.143/2001, 8.235/1996 e 5.895/1997 (Processos nºs 3.208/1998, 3.158/1991, 5.015/1992 e 3.212/1993, respectivamente).”

Voto de vista:

“2. Pedi vista dos autos para melhor inteirar-me do assunto nele tratado, em especial sobre a contagem, como de efetivo exercício de magistério, do período em que a servidora esteve afastada, com ônus para a jurisdicionada, para realizar curso a nível de aperfeiçoamento na área de educação na Faculdade HOOD ("HOOD COLLEGE"), na cidade de Maryland - EUA (fl. 07v e 17/20-apenso), de 29.08.94 a 07.09.95.

3. Os precedentes jurisprudenciais colacionados no voto do nobre Relator compreendem a realização dos seguintes cursos e períodos, computados como de efetivo magistério:

- Processo nº 3158/91 - Mestrado em Educação da Fundação Getúlio Vargas entre 28.08.85 a 28.02.89, com percepção de salários - Legalidade (Decisão nº 4143/01);*
- Processo nº 5015/92 - tempo de serviço completado em 10.9.92, todo ele considerado no exercício de funções de magistério, inclusive 1.279 dias em que a servidora esteve afastada, com ônus para a FEDF, freqüentando curso de "Mestrado em Educação Especial", na Universidade Federal de São Carlos-SP - Legalidade (Decisão nº 8235/96);*
- Processo nº 3208/98 - afastamento para estudos, de 29/4/86 a 29/4/87 - Legalidade (Decisão nº 455/02); e*
- Processo nº 3212/93 - afastamento, no período de 31/3/86 a 30/6/89, para freqüentar o curso de Mestrado em Lingüística - Legalidade (Decisão nº 5895/97).*



4. *Por sua vez, o Enunciado TCDF nº 54, também citado como parâmetro para concluir-se pela legalidade da presente concessão, reza que:*

"Aposentadoria. Tempo de magistério.

Para efeito da concessão da aposentadoria especial de magistério, modalidade restrita ao ocupante de cargo de professor, consideram-se como tempo de efetivo exercício de magistério as atividades de regência de classe, as desenvolvidas no Departamento de Pedagogia e as referentes aos cargos de Secretário de Educação, de Diretor-Executivo e de outros ligados, direta e preponderantemente, ao ensino oficial, até 29.04.97, contando-se, a partir dessa data, exclusivamente o tempo de serviço em sala de aula".

5. *Nos presentes autos, a hoje inativa freqüentou o curso antes de 29.04.97, não se lhe aplicando o rigor da nova orientação da Corte sobre a matéria. Ademais, os afastamentos dessa natureza, que se condicionam ao interesse da Administração, são considerados efetivo exercício do cargo, tal qual férias e licença-prêmio por assiduidade, institutos estes também aplicáveis ao docente servidor público."*

11. Assim, deve ser dado provimento parcial ao pedido da interessada, observando-se que a exclusão do período entre 30/04/1997 a 30/12/1998, nos termos do Enunciado nº 54 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, não altera a presente concessão. Conforme destacado pela instrução anterior, excluindo-se o tempo referido a servidora conta com 9204 dias para aposentadoria.

12. Dessa forma, a fundamentação legal da presente concessão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato.

13. A apuração do tempo de contribuição deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria.

14. As parcelas integrantes do abono provisório foram calculadas em conformidade com os dispositivos legais constantes da ementa.

15. Observe-se ainda que a servidora percebe em seus proventos a parcela "VPNI – Lei nº 2932/2002", originária da parcela "Complemento de Decreto", vantagem transitória que foi objeto de estudo no Processo nº 295/00, quando se decidiu que, conquanto não seja incorporável aos proventos, é devida aos inativos enquanto houver autorização do GDF para sua concessão, ex vi do art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.030/96 (Decisão nº 2192/02), sendo que essa parcela foi transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, conforme Lei nº 2932/02.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

QUARTA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO

SEGUNDA DIVISÃO TÉCNICA

e-DOC E89D6DF2

Proc 19700/2007

Proc.:
19700/07

16. Os autos foram objeto de análise de Controle Interno, que opinou pela legalidade da concessão (fls. 63/65 – apenso).

17. Ante o exposto, sugere-se:

I – dar provimento parcial ao pedido da servidora, no sentido de considerar-se, na contagem de tempo para inativação, o tempo de afastamento para freqüentar curso de Mestrado em Educação pela servidora, até 29/04/1997, tendo em conta o Enunciado nº 54 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF e precedentes desta casa, a exemplo dos Processos nºs 3158/91, 5015/92, 3212/93, 4691/98 e 14962/05;

II – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame;

III - autorizar o arquivamento do feito pela 4ª ICE e a devolução dos autos apensos à origem.

À consideração superior.

Brasília, 07 de março de 2008.

Marcelo de Oliveira Ribas

Analista de Finanças e Controle Externo

Mat. nº 636-0